

---

# A (In)sustentável banalização do ser <sup>1</sup>

Soraya Rodrigues Martins<sup>2</sup>

Roberto Moraes Cruz<sup>3</sup>

Sílvio Paulo Botomé<sup>4</sup>

Como as pessoas sofrem no trabalho, sacrificam a si mesmas ou sacrificam outros? Por que não há mobilização coletiva contra o sofrimento no trabalho? E por que cada vez mais as pessoas toleram situações profissionais que há algum tempo eram inaceitáveis? Mesmo sabendo sobre o agravamento do sofrimento psíquico no trabalho a que todos estão submetidos, ele é negado ou banalizado. A resignação, a negação ou a banalização desse sofrimento ocorrem pela familiaridade? Como é possível cooperarmos com a injustiça, mesmo quando não a aprovamos? Inquietações como essas acompanham toda a leitura do livro *A banalização da injustiça social*, de Christophe Dejours, publicado no Brasil em 1999 pela Editora da Fundação Getúlio Vargas, em São Paulo.

173

Nessa obra, o autor faz um exame da participação e do consentimento das pessoas em relação às várias formas de exclusão e injustiças sociais praticadas em nome do modo de produção da sociedade contemporânea. O livro, escrito em forma de ensaio, contém uma análise do processo de construção da tolerância ao sofrimento no trabalho na França, que poderia ser transferida para a realidade brasileira, consideradas as diferenças culturais.

---

<sup>1</sup> Resenha do livro de C. Dejours *A banalização da injustiça social*. Traduzido por Luiz Alberto Monjardim e publicado pela Ed. Fundação Getúlio Vargas - FGV - do Rio de Janeiro em 1999, com 163 páginas.

<sup>2</sup> Mestranda do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina (sorayarm@terra.com.br).

<sup>3</sup> Doutor em Engenharia de Produção. Professor do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina (rcruz@cfh.ufsc.br).

<sup>4</sup> Doutor em Psicologia, Professor do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina (botome@cfh.ufsc.br).

---

174 | Para Dejours, o grande palco do sofrimento psíquico é configurado no trabalho, composto de um complexo sistema de relações e motivações intersubjetivas, tensionadas pelo maniqueísmo das categorias do bem e do mal. Por detrás das vitrines da contemporaneidade, do progresso tecnológico, da melhoria da qualidade de vida, surgem as imposições da organização do trabalho; imposições de horário, ritmo, formação, informação, rapidez, produção e adaptação à ideologia dos modelos de gestão empresarial. Do lado dos trabalhadores, a vivência de situações relacionadas às exigências permanentes de mercado, à ameaça de exclusão, ao desemprego primário e crônico sinaliza a dimensão social e individual mais evidente do sofrimento no trabalho. O cenário social é de enfraquecimento das políticas de bem-estar social. O “clima de ameaça de desemprego” e as práticas de “enxugamento da máquina produtiva” utilizados, tanto no Estado quanto na iniciativa privada, intensificam o processo de precarização do trabalho, as relações de troca descompensatórias e a atitude sacrificial do trabalhador.

O ensaio de Dejours consiste em uma importante contribuição à análise do processo de mobilização em massa de pessoas “de bem” para o “trabalho sujo”, isto é para o consentimento, participação e colaboração na injustiça, no sofrimento infligido a outrem. Para a análise da injustiça infligida a outrem na forma banalizada de gestão do trabalho, o autor retrocede na História, revendo o nazismo alemão sob a ótica de Hannah Arendt (1963), conforme citado pelo autor, ao examinar a “normopatia”, a atitude do oficial nazista Eichmann de permitir, consentir e colaborar na matança indiscriminada de judeus durante a Segunda Guerra, a qual a filósofa designou como a expressão da *banalidade do mal*. Dejours, usando os conceitos de *banalização do mal*, a partir de Arendt, e de *distorção comunicacional*, de Habermas, realiza uma instigante reflexão sobre a banalização e a negação do sofrimento no trabalho, relacionando-os a investigações empíricas de sua experiência como pesquisador.

No percurso dessa obra, uma questão serve de ponto de partida para o autor: *quais são as motivações subjetivas da dominação; por que uns consentem em padecer (de tal) sofrimento, enquanto outros aceitam infligir tal sofrimento?* Dejours descreve os processos de construção e a adoção de estratégias individuais e coletivas de defesa, que funcionam como uma armadilha psicológica, incrementando a aceitação e a tolerância do sofrimento no trabalho.

175 | Para Dejours, a banalização do mal repousa sobre o processo de reforço recíproco das relações entre sofrimento e trabalho e sofrimento e (des)emprego. Destaca como todos estão envolvidos nesses processos. Por um lado, demonstrando como a recusa sindical em considerar a importância da subjetividade, negando-a em nome de uma idéia de que o subjetivo tolhe a mobilização coletiva e a consciência de classe, contribui para a *clivagem*<sup>5</sup> (dissociação ou cisão) entre sofrimento e indignação, pelo próprio descompasso entre as lutas sindicais e as vivências do trabalhador. Por outro lado, realiza no livro a análise de como os trabalhadores, para manterem seus empregos e para não adoecerem, acabam cometendo atos que reprovam em si mesmos. E, com isso, reforçam a perversão de um sistema que ataca sua integridade física e psíquica, além da imagem que têm de si mesmos. O uso de estratégias defensivas, que negam e rejeitam o sofrimento no trabalho, além de ajudar os trabalhadores a nele se manterem, termina por promover a contínua precarização do trabalho e do emprego. Assim como promove uma condição social e existencial indesejável e inaceitável. Ao banalizar o mal, a injustiça e o sofrimento psíquico, decrescem as possibilidades de reações de indignação e mobilização coletiva, em detrimento de uma ação em direção à solidariedade e ao senso de justiça.

<sup>5</sup> A noção freudiana de *clivagem* (ou cisão), associada à noção de inconsciente, designa uma divisão psíquica, configurando uma posição conflitiva do ego, onde o sujeito fica separado de parte de suas representações (pensamentos) ou afetos.

A negação do sofrimento no trabalho nesse contexto promove apatia e rejeição pelos desempregados e vergonha daqueles que mantêm seus empregos. Esses sentimentos conflituosos desembocam na impossibilidade de exprimir e elaborar o sofrimento no trabalho, impedindo, segundo o autor, a fala e o reconhecimento do sofrimento alheio daqueles outros que estão sem emprego. Isto é, para negar o que sente o sujeito desenvolve a intolerância para com o sofrimento alheio, perde a consciência dele, pela *cisão* entre sofrimento, (des)emprego e injustiça social. O mal pode ser promovido pela *cisão* entre afeto e pensamento, ou pela simples ausência de pensamento na consciência.

Apesar de a *cisão* assumir em cada sujeito uma forma específica, segundo sua história particular, quando o *setor excluído do pensamento* é comum ao grupo em que está inserido o sujeito pode substituir o pensamento pessoal por ideologias e estratégias defensivas coletivas. A origem da maldade, seguindo a reflexão do autor, não parece estar na própria violência, mas nas estratégias coletivas de defesa mobilizadas diante do medo e da ameaça da própria integridade física e psíquica, num contexto de relações sociais de dominação do qual não é possível desertar. A vivência do sofrimento permanece singular, mas as defesas podem ser objeto de cooperação coletiva. O trabalho, além de ser a realização de ações subjetivadas (no sentido atribuído pela Psicologia do Trabalho francesa), é também um viver em comum. No trabalho, as pessoas criam ações para enfrentar a defasagem entre a organização prescrita (tarefa) e a organização do trabalho real. Nesse mesmo trabalho, elas constroem sentido para a situação, para o sofrimento e para o próprio trabalho. Dejours identifica dois processos básicos na mobilização subjetiva que colocam uma pessoa na posição perversa de colaboradora do mal, mesmo sendo ela, reconhecidamente, uma “pessoa de bem” (não perversa). Por um lado, o uso do medo e da ameaça de castração simbólica, presentes no discurso da virilidade (masculinidade) reconhecida pelo grupo

como instrumento de banalização do mal e promotora da inversão do ideal de justiça. De outro, a *racionalidade pática* (com condutas, ações, decisões) apoiada em uma racionalidade construída coletivamente e utilizada pelo sujeito para preservação de sua saúde física e mental, ou para realização de uma construção subjetiva de sua identidade, e de seu pertencimento a um grupo.

A ação da “banalização do mal”, descrita por Dejours, repousa sobre um dispositivo de três estágios. Um deles é constituído por pessoas cujo engajamento não é defensivo, mas é resultante de impulsos perversos conscientes e inconscientes, onde se situam aquelas que fazem parte da organização do “trabalho sujo” (do mal). Um outro estágio é constituído por colaboradores diretos, no qual a participação ativa é obtida mediante estratégias coletivas e ideologias de defesa (estratégia coletiva de defesa do tipo “cinismo viril”). Um terceiro estágio é constituído pela massa das pessoas que recorrem a estratégias de defesa contra o medo e à ameaça de exclusão comuns ao grupo. Essas podem ser unificadas em estratégias coletivas de defesa, apoiadas em ideologias dominantes no grupo, e colocadas à sua disposição também por meio de estratégias de distorção comunicacional utilizadas pelas organizações de trabalho.

Dejours, apoiado no conceito de *distorção comunicacional* (de Habermas), examina as comunicações organizacionais, a cultura empresarial, a publicidade e a mídia interna que, em nome da “valorização”, criam comunicações distorcidas sobre o trabalho (a mentira organizacional), ocupando o lugar do não-dito, do silêncio entre os trabalhadores sobre o real do trabalho, negando a descrição da *atividade* produtiva, do sofrimento subjetivo e da injustiça no trabalho. O sofrimento característico da ação gerencial surge com a construção da mentira organizacional, na imputação de sofrimento e injustiça ao outro e no apagamento de vestígios que evidenciam a mentira como, por exemplo, a exclusão ou silenciamento de pessoas mais velhas (memória) e de pessoas portadoras de

doenças do trabalho. O sofrimento característico dessa ação gerencial costuma ser negado e clivado no processo de racionalização, que costuma ser apoiado pelo discurso científico sobre metodologias organizacionais.

A leitura desse ensaio de Dejours coloca o leitor diante da dinâmica de como as pressões, o medo e a ameaça de exclusão do trabalho podem gerar alienação, violência e doenças, por meio de estratégias de defesa contra o sofrimento. Ao mesmo tempo, e paradoxalmente, o trabalho permanece como mediador de auto-realização, sublimação e saúde. O autor, embora explorando as estratégias referentes ao discurso masculino de dominação, tem o cuidado de diferenciar as estratégias de defesa e a ideologia defensiva de cunho viril (nas quais o real do trabalho é negado coletivamente com o uso de racionalizações) das estratégias de defesa construídas no discurso (por exemplo, na Enfermagem), caracterizadas por um cerceamento do real do trabalho, sem negá-lo totalmente.

A abordagem clínica propiciada pela Psicodinâmica do Trabalho sugere que, no cerne do processo de banalização do mal, está o sofrimento articulado às estratégias defensivas. Para enfrentar esse processo, é preciso re-qualificar o sofrimento no trabalho e re-conhecer o intrincamento entre *ação, trabalho e sofrimento*, dado que uma ação sempre envolve, em sua manifestação, atividade, paixão, motivação e subjetividade.

A leitura do livro *A banalização da injustiça social* revela-o denso e interessante, verdadeiramente pertinente, pelas originais articulações realizadas pelo autor com a finalidade de compreender, pelo método do desvelamento, o que não é dito e é vivido, por tantos trabalhadores em tempos modernos.

## Referências bibliográficas

ARENDR, H.

*Eichmann em Jerusalém - Um relato sobre a banalidade do mal.*

(A primeira edição, em alemão, foi feita em 1963) Tradução de José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

DEJOURS, C.

*A banalização da injustiça social.*

Trad. Luiz Alberto Monjardim. Rio de Janeiro: FGV, 1999.